

---

## **Implicações da Mídia na Democracia Brasileira: Antigas Preocupações e Novos Problemas em Tempos de Golpe e Lava Jato<sup>1</sup>**

Paulo Liedtke (UFSC)<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **Resumo**

Neste artigo é analisado o papel político desempenhado pela mídia e suas implicações para a democracia brasileira enfocando sua participação nos acontecimentos recentes que resultaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 (para muitos autores, tratou-se de golpe); na campanha anticorrupção em apoio à Operação Lava Jato; e na condenação do ex-presidente Lula. A pesquisa é fundamentada nas publicações que analisam estes fatos históricos, bem como nas reportagens e estudos sobre a repercussão na imprensa da situação política brasileira nos últimos anos. O artigo encerra com uma reflexão sobre as pendências históricas dos governos petistas e suas propostas futuras para a democratização da comunicação.

**Palavras-chave:** Mídia. Democracia. Rede Globo. Operação Lava Jato. Golpe de 2016.

### **O poder político da mídia**

Marx<sup>3</sup> dizia que a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa<sup>4</sup>. Na história da mídia brasileira esta premissa parece marcar a trajetória da democracia no país. Mesmo sem a necessidade de atualização permanente das teorias predominantes no campo da comunicação e da política, permanece uma acentuada participação dos meios de comunicação nos rumos da nação, com consequências ameaçadoras para a estabilidade institucional e para setores da sociedade brasileira.

A nossa história política é marcada por intervenções determinantes de grupos midiáticos, principalmente da Rede Globo, em momentos decisivos da vida nacional. A pressão sobre Getúlio Vargas que o levou ao suicídio; o apoio ao golpe militar de 1964 e a sustentação ideológica do regime; o ocultamento dos comícios na campanha pelas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação no XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Política (UFSC), Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS), Graduado em Comunicação Social/Relações Públicas (UFRGS). Trabalha na Agência de Comunicação da UFSC. E-mail paulo.liedtke@ufsc.br.

<sup>3</sup> Karl Marx na obra *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (1852).

<sup>4</sup> Esta analogia também aparece na reportagem com o historiador Luiz Antonio Dias. “Se em 1964 não havia como esconder a natureza do golpe, em 2016 a mídia tratou de lhe conferir um verniz de legalidade”. Cf. MARTINS, Rodrigo. Para professor, a história nunca se repete, mas há semelhanças entre 1964 e 2016. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 09 maio 2018. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/para-historiador-a-historia-nunca-se-repete-mas-ha-semelhanças-entre-1964-e-2016>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

“Diretas Já” na década de 80; a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 e a campanha pelo seu *impeachment* dois anos depois; a cobertura editorial negativa ao governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro; o ocultamento das denúncias de corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso (eleito em 1994 e reeleito em 1998) com apoio editorial ao Plano Real e às ações de privatização; e, mais recentemente, o engajamento no *impeachment* da presidenta Dilma e na campanha anticorrupção<sup>5</sup> em apoio à Operação Lava Jato. São exemplos de atuações danosas para a democracia brasileira quando os meios de comunicação atuam como partido político, assumindo posições editoriais que contrastam com a imparcialidade e a pluralidade jornalística. Este artigo, portanto, segue a tese de que ocorreu um golpe em 2016, e procura analisar o papel da mídia durante o processo de *impeachment*, tendo como base a farta literatura e análises a respeito.

Jessé de Souza (2016, p. 107) descreve a “imprensa como partido político” ao analisar o golpe de 2016. A defesa das pautas corporativas do aparelho jurídico-policial e depois o vazamento seletivo, sistemático e ilegal de trechos de depoimentos comprometedores da Operação Lava Jato amplamente “novelizados” e transformados em espetáculo para um público cativo a partir de 2014, passaram a dominar e colonizar o espaço público com a criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT) e da base de apoio ao governo. “A ditadura do pensamento único na grande mídia brasileira compromete, portanto, a qualidade da nossa democracia e a qualidade da sociedade que construímos”. (SOUZA, 2016, p. 115).

Fernando Azevedo<sup>6</sup> aponta questões relevantes sobre as consequências democráticas no período recente. Após uma análise realizada nos editoriais dos principais jornais, o autor apresenta teses úteis para nossa reflexão: A grande imprensa brasileira, nos momentos democráticos, tanto no passado como no presente, atuou e atua no campo da mídia, de forma paralela às forças políticas de centro-direita; Tanto no passado quanto no presente, os pacotes interpretativos principais acionados pela grande imprensa contra

---

<sup>5</sup> Os partidos que assumiram o poder em 2016 também têm sido alvos de denúncias na campanha anticorrupção. O *Jornal Nacional* denunciou o escândalo envolvendo o grupo empresarial JBS, de Joesley Batista, um dos principais anunciantes da TV Globo. Referimo-nos a série histórica do *Jornal Nacional* dedicada a atacar Michel Temer, a partir da famosa gravação no Palácio Jaburu, a qual desencadeou várias reportagens. Diversos ministros do atual governo também têm sido alvos de denúncias.

<sup>6</sup> *Apud* OLIVEIRA, Lucy. O jornalismo brasileiro como ator político. Resenha sobre o livro “A grande imprensa e o PT (1989-2014)”, de Fernando Antônio Azevedo. *Revista Compolítica*, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/160/190>>. Acessado em: 02 jul. 2018.

---

as forças de centro-esquerda (varguismo/governo Jango/petismo) foram os temas do radicalismo/populismo e da corrupção.

Nem mesmo o poder contemporâneo das mídias sociais consegue neutralizar a intervenção midiática na política nacional. Enquanto as mídias sociais atuam como instrumentos de mobilização para determinadas lutas populares, ainda não exercem um papel expressivo no agendamento da opinião pública em torno dos grandes temas, como acontece com a grande mídia. As teorias do agendamento (*agenda-setting*) e do enquadramento (*framing*) somadas à hipótese da autorreferencialidade no jornalismo ajudam a compreender os poderes da mídia na política contemporânea (LIEDTKE, 2006).

Consideramos que estas teorias sintetizam grande parte da interação entre os campos político e da comunicação, com respectivas influências na formulação das agendas pública, política e midiática. A novidade contemporânea é que o poder Judiciário também passou a utilizar a parceria da imprensa para pautar a opinião pública nas suas operações.

### **As manifestações de rua: a distorção política na narrativa midiática**

Ainda que as manifestações de rua em 2013 tenham sido mobilizadas pelas mídias sociais e iniciadas como um movimento de protesto contra as tarifas do transporte coletivo, foi a visibilidade televisiva que transformou aqueles atos em protestos generalizados contra a política, tendo como alvo a corrupção e o descontentamento com a presidenta Dilma Rousseff. Portanto, as raízes do golpe de 2016 podem ter neste episódio um efeito embrionário de um evento político apropriado pela direita e pela grande mídia para desgastar, principalmente, o PT.

As manifestações foram multifacetadas. A massa tomou as ruas mobilizada pelas mídias sociais, mas também tornando a mídia conservadora alvo dos protestos, mostrando a inquietação popular contra os tradicionais meios de comunicação. Palavras de ordem contra a TV Globo ou pedindo a democratização da mídia e a revisão das concessões de TV foram vistas nas grandes capitais. Repórteres também foram hostilizados nas ruas<sup>7</sup>.

Segundo Nobre (2013), a internet e as redes sociais, com seu radical pluralismo, de um lado, tiraram da mídia tradicional o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações; não por acaso, a mídia tradicional foi atacada em muitas

---

<sup>7</sup> Cf. SARDAS, Guilherme; GONÇALVES, Vanessa. “Grito antimídia”. *Revista Imprensa*, n. 292, p. 34-37, ago. 2013.

---

palavras de ordem dos protestos. E, de outro lado, criaram seus próprios canais de enfrentamento do sistema, levando a revolta para as ruas.

Daquele episódio restou o crescente desencanto com a política, apontam alguns analistas. "Em junho de 2013, tinha tudo na rua, era muito heterogêneo, com pautas muito progressistas, pautas da esquerda, mas já tinha pautas da direita, como o combate à corrupção", recorda a socióloga Esther Solano<sup>8</sup>. Depois que, em 2015, a economia caiu em recessão, a nova onda de descontentamento de maio de 2016 varreu Dilma do cargo. "Grupos da direita se aproveitaram dessa energia das ruas e a canalizaram para seus próprios protestos, em favor do *impeachment*", resume Solano.

Segundo Jessé de Souza (2016, p. 87), existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de 2013 e o golpe de abril de 2016. As "jornadas de junho" marcaram o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas. O protesto teve início com o Movimento Passe Livre (MPL), que tem como bandeira central a tarifa zero para o transporte público e lutava na época contra o aumento das passagens na capital paulista. Para o autor (p. 88), o caminho escolhido pela mídia conservadora no seu papel de "partido político da elite do dinheiro" aproveitou as manifestações de rua multifacetadas elegendo o tema da corrupção para a manipulação do público cativo.

Souza (p. 89) mostra a evolução da narrativa do *Jornal Nacional* para justificar sua crítica à mídia, de estar atuando como uma "porta-voz da reação conservadora extraparlamentar". Analisando a edição em que a PEC<sup>9</sup> 37 foi mencionada pela primeira vez no *JN*, Jessé percebe uma articulação e conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa. As ênfases nos gastos da Copa do Mundo, na PEC 37 e na corrupção se iniciaram e consolidaram a federalização aberta do movimento, antes localizado e municipalizado. "A PEC 37 passou a ser a senha de apoio midiático para as corporações jurídicas do Estado e seu projeto de aumento do poder corporativo [...] lhes propiciando

---

<sup>8</sup> Junho de 2013, o mês que não acabou. Por Deutsche Welle. *Revista Carta Capital*, 22 jun. 2018, edição *on-line*.

<sup>9</sup> A Proposta de Emenda Constitucional n. 37/2011, que estabelecia a exclusividade da investigação criminal às polícias Federal e Civis, se aprovada esvaziaria o poder de órgãos como o Ministério Público. Fonte: Entenda a PEC 37 - por Redação. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-pec-37-6801.html>>. Acessado em: 26 jun. 2018. Após as "Jornadas de Junho de 2013", somadas às pressões da mídia e do Judiciário, a PEC foi derrotada em Plenário por 430 votos a 9, em 25/06/2013.

---

apropriar-se da agenda do Estado” (p. 93). Para Souza (2016, p. 94), “a mídia passou a partir de junho de 2013 a se associar às instituições do aparelho jurídico-policial no processo de deslegitimar o governo eleito”.

Dia 29 daquele mês o *JN* divulgou uma pesquisa mostrando Dilma Rousseff em queda livre, com perda de 27 pontos percentuais desde o início dos protestos (p. 95). Para Jessé, era o sucesso absoluto da campanha midiática de federalização das manifestações e personalização do descontentamento na pessoa da presidenta.

A partir de junho de 2013 houve um “casamento entre a mídia e a classe média conservadora”, com o delineamento de todas as forças que se articularam mais tarde para o golpe de 2016.

### **Participação ativa no golpe de 2016**

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 é apontado por muitos analistas como um golpe parlamentar, jurídico e midiático. A articulação destes três campos pela direita brasileira mobilizou parte da opinião da pública para a deposição do governo democraticamente reeleito em 2014 pela maioria da população.

O golpe que alçou ao poder uma brutal agenda regressiva rechaçada nas urnas, teve participação importante do parlamento, que votou pelo *impeachment*, e também do judiciário, que o corroborou. Mas talvez nenhum papel tenha sido tão crucial, na opinião dos debatedores no lançamento da *Enciclopédia do Golpe*, como aquele jogado pela mídia monopolista, que pautou, insuflou e, desde então, vem sustentando a farsa golpista<sup>10</sup>.

Segundo Jesse de Souza (2016), uma série de vazamentos seletivos e ilegais, criminalizando unilateralmente o PT, levou ao “golpeachment” da presidenta eleita pelo voto popular. O conluio entre a Rede Globo comandando a grande mídia e a farsa da Operação Lava Jato tem aí sua semente, estratégia e alvo seletivo. Tudo escancarado quando o juiz Sergio Moro defendeu publicamente que o apoio da mídia é fundamental para deslegitimar o poder político “que um juiz monocraticamente decide ser deslegitimado como alvo partidário seletivo e de uma parcialidade chocante”. Este é certamente um caso único nas sociedades modernas: um grupo de mídia se intromete

---

<sup>10</sup> Esta foi a avaliação predominante no lançamento do livro *Enciclopédia do Golpe* Vol. 2 – O Papel da Mídia, ocorrido dia 11 maio 2018 em São Paulo, diz a reportagem. Cf. BIANCHI, Felipe. Principal força do golpe, mídia monopolista abusou de mentiras. *Barão de Itararé*, 18 maio 2018. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/principal-forca-do-golpe-midia-monopolista-abusou-de-mentiras-954817/>>. Acessado em: 20 jun. 2018.

seletivamente na política, se alia a juízes com agenda própria e a corporações com interesses particulares, como o MP e a Polícia Federal, chantageia e ameaça juízes e tribunais, para destronar um governo eleito democraticamente. Decide assumir a governança em suas próprias mãos (SOUZA, 2016, p. 219).

Segundo Moretzsohn, o *impeachment* foi tramado antes mesmo do segundo turno das eleições, em outubro de 2014. Foi quando a revista *Veja* antecipou sua edição semanal para uma sexta-feira e expôs na capa os rostos de Lula e Dilma pela metade, cortados pela manchete “Eles sabiam de tudo”. “Tudo”, no caso, era o esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato<sup>11</sup>. Dias depois, foi aí que pela primeira vez se falou em *impeachment*: em sua coluna de 24/10/2014, dois dias antes da realização do segundo turno, Merval Pereira, um dos principais articulistas de política do jornal *O Globo* e comentarista da TV Globo News, afirmou que, se comprovada a denúncia, “o *impeachment* será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo”.

Para Luis Felipe Miguel (2016, p. 31)<sup>12</sup>, a derrubada da presidenta diante de um processo ilegal, sinalizou que o voto popular, instituição mínima nas democracias liberais, deixou de operar, e por consequência o sistema político do país não pode receber o título de democracia. E acrescenta (p. 34): se o golpe político foi desferido a jato, sua preparação levou anos. Resultou do trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, através da mídia, dos *think tanks* conservadores e dos movimentos pretensamente “espontâneos”, embora financiados e treinados por fundações norte-americanas.

Mauro Lopes (2016, p. 120) aponta os grupos de comunicação que decidiram derrubar o governo democrático, colocando em movimento uma máquina de propaganda incontestável, atuando sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera favorável para o golpe de Estado contra Dilma. Para o autor, deixou-se de fazer jornalismo para “tornar-se uma máquina de propaganda partidária”. Ele lembra a famosa frase da jornalista executiva da *Folha de São Paulo*, Maria Judith Brito, presidenta da Associação Nacional dos Jornais, quando declarou em 2010 que “os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista no país, já que a oposição está profundamente fragilizada”. Comentando este episódio, Moretzsohn diz que não se trata

---

<sup>11</sup> Cf. MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida. Disponível em: <[https://m.box.com/shared\\_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrsz4too](https://m.box.com/shared_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrsz4too)>. Acessado em: 19 jun. 2018.

<sup>12</sup> CF. MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31-37.

de assumir o clássico papel de “quarto poder”, o que exige a fiscalização dos poderes constituídos em nome da defesa dos cidadãos, por mais que esse papel idealizado seja necessariamente desvirtuado, tendo em vista os interesses das grandes corporações que produzem o jornalismo hegemônico. Trata-se de fazer oposição, ou seja, trata-se de atuar como partido político.

Segundo Lopes (2016, p. 121), estes grupos de mídia atuaram como uma rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do país. Para o autor (p. 125), a imprensa independente, somada a *sites*, *blogs*, ao Facebook e ao Twitter, fez a contranarrativa do golpe, mas com números pequenos se comparados à mídia dominante. A mídia independente neste período atingiu, no auge, em torno de 30% da população brasileira.

### **A Operação Lava Jato: o agendamento mútuo entre a mídia e o judiciário**

O exemplo contemporâneo do agendamento midiático colocado em prática pelos agentes públicos desta vez recai sobre o poder Judiciário, inovando desde o escândalo do Mensalão até chegar à Operação Lava Jato. Os vazamentos seletivos ofertados para a imprensa, a utilização de reportagens como provas jurídicas, e até mesmo a intimidação em determinadas decisões da magistratura são exemplos empíricos das teorias citadas anteriormente. Ou seja, judiciar com a mídia.

Para Moretzsohn, a mídia ajudou a sedimentar o consenso em torno da ideia de cruzada contra a corrupção que a Operação Lava Jato representaria, reforçada pelas convicções religiosas de integrantes do MPF, que acreditam estar numa missão divina. Ela cita Venício A. de Lima (2016) para enfatizar um processo sistemático de desinformação: “a maior de todas as corrupções”, a corrupção da opinião pública.

Para Luis Felipe Miguel (2016, p. 33), os governos petistas não conseguiram estancar as denúncias como faziam seus antecessores, pelo contrário, reforçaram os aparatos de controle do Estado. Com a ascensão de um grupo de juízes e promotores devidamente adestrados e ideologizados, em parceria deliberada com a grande mídia, estava montado o cenário para a criminalização do petismo e da esquerda.

Uma das primeiras evidências desta articulação foi a tentativa de condução coercitiva de Lula para a PF em Curitiba, realizada em 5/03/16. Segundo Lopes (2016, p. 121), houve uma edição histórica do *Jornal Nacional* dedicando 45 minutos de “massacre” ao principal líder político do país.

---

Para Amadeus (2017, p. 125), a condenação de Lula estabelece “a transição do Estado Democrático de Direito para o Estado midiático penal”. Para o pesquisador isso acontece quando o direito cede lugar à mídia, resultando, entre outras coisas, no chamado juiz avestruz<sup>13</sup>: “aquele que, para não tomar conhecimento da realidade [...] enfia a cabeça na televisão ou nos jornais”, para saber o que sua melhor amiga - a mídia – está dizendo, o que ele tem que fazer. Ele cita (p. 126) o juiz Sergio Moro, que, com base em notícias de jornais, tentou utilizá-las em juízo para buscar provas, como um “acusador”, contra Lula. Segundo Amadeus, Moro indagou<sup>14</sup> a Lula: “saíram provas nos jornais Folha de São Paulo e no jornal O Globo, de que [...]”, ocasião em que Lula teria dito “Dr., não me julgue por notícias, mas por provas”. É um tipo de juiz sem coragem de enfrentar a opinião pública, e acaba vivendo como a mídia determina, no anseio de querer ser um “herói” com seu rosto estampado nas capas de jornais (p. 126).

Para o professor José Siqueira Neto (2017, p. 251), a sentença da Ação Penal<sup>15</sup> “encerra uma importante fase da mais longa novela com enredo jurídico da maior rede de televisão do Brasil”. Considerando que “o alvo sempre foi Lula”, Neto diz que os comentários laterais no rádio e na televisão, enxurradas de mensagens enviadas nas redes sociais por robôs virtuais e humanos alimentavam a expectativa de chegar a Lula. Para ele, o clima de laboratório foi meticulosamente montado, executado e monitorado pelo noticiário com suporte substancial das redes sociais, para “naturalizar” o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público em coletiva de imprensa. O evento foi consagrado pelo famoso *power point* mostrado pelo procurador Dalagnol colocando Lula ao centro de uma organização criminosa. Siqueira Neto conclui (2017, p. 255): “assim, com fundamento em matéria de jornal condena-se Lula”.

Lula, ao ser questionado sobre o relacionamento com a TV Globo, disse que tinha uma relação cordial com a cúpula da emissora, assim como tinha com todo mundo; e que quebrou esta relação porque “eles não aceitaram a ascensão social dos oprimidos neste país” (SILVA *et al.*, 2018, p. 79). O ex-presidente critica seus difamadores: “A Veja, a Isto É são a base de todas as investigações. Por exemplo, o apartamento é baseado em

---

<sup>13</sup> O autor faz esta analogia ao juiz abandonar a premissa no direito de que “o que não está nos autos não está no mundo”, fazendo o movimento inverso para buscar na mídia supostas provas processuais.

<sup>14</sup> O autor se refere ao depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, na descrição de Fernando Brito. Cf BRITO, Fernando. Os melhores momentos de Lula, por Edson Lenine. *Tijolaco*, 11 maio 2017. Disponível em: <<http://www.tjolaco.com.br/blog/os-melhores-momentos-de-lula-por-edson-lenine/>>. Acessado em: 17 jun. 2018.

<sup>15</sup> Número 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, da 13ª. Vara Penal de Curitiba, proferida em 12/7/2017.

reportagens mentirosas do Jornal O Globo. O Moro cita a Globo quinhentas vezes”. Lula lembra o que disse ao juiz em seu depoimento: “Moro, você não tem como não me condenar. Você é refém da Globo”. Diz ainda que a Globo é refém dele. “Um complementa o outro” (SILVA *et al.*, 2018, p. 78).

Na entrevista Lula faz um relato que ajuda a compreender a relação jurídico-midiática: “Na verdade nunca acreditei no Mensalão. Essa foi a grande descoberta do século XXI: de como a mídia poderia ser utilizada para criminalizar as pessoas antes da Justiça. A mídia tomou a decisão antes de esperar a Justiça criminalizar, transformar alguns líderes do PT em bandidos” (SILVA *et al.*, 2018, p. 80).

Vários analistas dedicaram estudos sobre o enquadramento da Rede Globo, especialmente do *Jornal Nacional*, às denúncias envolvendo o PT, fato principal e com espaço desproporcional em muitos noticiários. Citamos como exemplo<sup>16</sup> a reportagem em que o ex-presidente Lula foi o político mais atacado pelo *Jornal Nacional* após a divulgação da chamada "lista de Fachin" – relação de 105 pessoas investigadas no Supremo Tribunal Federal no âmbito da Operação Lava Jato, tornada pública no dia 11/04/17 -, de acordo com um levantamento feito pelo portal<sup>17</sup> Poder 360: de 4 horas, 24 minutos e 51 segundos de reportagens sobre a lista de Fachin desde que o STF tornou pública a delação da Odebrecht, dia 11/04/17, até a edição do dia 17, o *Jornal Nacional* dedicou 33 minutos e 32 segundos ao ex-presidente Lula, político mais mencionado no principal telejornal da TV Globo; a segunda na lista é Dilma Rousseff, com 18 minutos e 7 segundos; o senador Aécio Neves (PSDB-MG), campeão em número de inquéritos (cinco), entre os quais é acusado de receber R\$ 50 milhões em propina, teve a metade do tempo de Lula: 16 minutos e 27 segundos; já Michel Temer, citado por delatores por ter participado de uma reunião em que foi combinado o repasse de US\$ 40 milhões em propina pela Odebrecht ao PMDB, recebeu uma reportagem de 5 minutos e teve o vídeo em que se defende exibido pelo *Jornal Nacional*.

Para Souza (2016, p. 102-103), ao contrário do que ocorrera em 2005 com o Mensalão<sup>18</sup>, na primeira tentativa de “golpe branco” a partir da associação entre as elites

---

<sup>16</sup> Segundo reportagem “JN massacra Lula, passa por Aécio e esquece Temer”. *Jornal Brasil* 247, 18 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/290901/JN-massacra-Lula-passa-por-A%C3%A9cio-e-esquece-Temer.htm>>. Acessado em: 16 jun. 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornal-nacional-deu-4-horas-sobre-lista-de-fachin-lula-recebeu-33-minutos>>. Acessado em: 27 jun. 2018.

<sup>18</sup> O prosseguimento judicial se deu na Ação Penal 470, julgada pelo STF no segundo semestre de 2012. Cf. NOBRE, Marcos. *Op. Cit.* Disponível em:

econômicas, Congresso “comprado”, mídia manipuladora e justiça, neste caso faltava o elemento popular indispensável para qualquer golpe de Estado. O Mensalão foi o ensaio geral para o golpe aplicado em 2016. Para o autor (p. 105), as forças conservadoras não satisfeitas com as urnas começaram a trilhar o caminho não eleitoral. Entrou em cena “o elemento fundamental” no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo jurídico-policia do Estado; e assim, instituições destinadas a proteger a democracia passaram a atuar para derrubá-la.

O professor Ricardo Lodi Ribeiro (2017)<sup>19</sup> prefere a expressão *Lawfare* para designar o ambiente em que as instituições jurídicas são abusivamente utilizadas para perseguição de um adversário político, no caso, o ex-presidente Lula, tema que vem sendo estudado nesta perspectiva por pesquisadores em Direito, a exemplo do professor John Carmaroff, da Universidade de Harvard. Segundo o pesquisador norte-americano (*apud* RIBEIRO, 2017, p. 436) o *Lawfare* ficou caracterizado na Operação Lava Jato desde que o magistrado (Moro) vazou para a imprensa o conteúdo das escutas telefônicas entre o ex-presidente e a então presidenta Dilma Rousseff, “pela tentativa de criar uma presunção de culpa em relação à Lula”. Para Ribeiro (p. 437), trata-se de um contexto político em que todo o aparelho estatal e midiático foi há anos dirigido nesta caçada a Lula, numa seletividade política que embala os movimentos contra o líder petista.

Em entrevista ao Jornal *Notícias do Dia*<sup>20</sup>, o juiz Sergio Moro disse que a transparência e a publicidade foram fundamentais para a Operação Lava Jato. Para o magistrado os segredos de Justiça devem ser exceções. “As pessoas devem ter o direito de saber e o Judiciário não deve se comportar como um guardião de segredos sombrios de governantes”. Ele diz que o efeito colateral foi positivo para que os trabalhos recebessem amplo apoio da opinião pública. E cita as manifestações “quando milhões de pessoas saíram às ruas em protesto e em apoio, dando suporte dessas investigações e processos anticorrupção”. Aqui se percebe o próprio reconhecimento do Judiciário nas estratégias de busca de apoio popular e midiático enfatizadas anteriormente.

Jesse de Souza (2016, p. 209-10) considera que a Globo “continua tratando a corrupção como se ela estivesse em todas as instituições, menos nela”. Cita o depoimento de Emílio Oldebrecht: “que a imprensa toda sabia o que efetivamente acontecia e porque

---

<[https://m.box.com/shared\\_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrsz4too](https://m.box.com/shared_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrsz4too)>. Acessado em: 19 jun. 2018.

<sup>19</sup> CF. Ribeiro (2017, p. 436-440).

<sup>20</sup> Jornal *Notícias do Dia*, Florianópolis, p. 9, 26 jun. 2018.

agora é que estão fazendo isso?”. Ou seja, porque não fizeram isso anteriormente, uma vez que estas práticas são feitas há 30 anos? Jessé aponta uma associação entre empresas privadas, imprensa e poder público para enganar a opinião pública. E mostra como o empresário tentou evidenciar isso: “essa imprensa sabia disso tudo, e fica agora com essa demagogia [...] todos sabiam como funcionava e acho que todos deviam lavar esta roupa suja [...] pela omissão que tiveram durante todo este tempo” SOUZA, 2016, p. 211).

A cobertura jornalística da prisão de Lula, determinada pelo juiz Moro no dia 6 de abril de 2018, demonstra a afinidade editorial com o judiciário. “Em comentários desde o anúncio da decisão de Moro e em editoriais dos principais jornais, a imprensa abafa as críticas à decisão da Justiça”, aponta a análise feita pelo Coletivo Intervezes<sup>21</sup>. Os analistas, por outro lado, demonstraram que a imprensa estrangeira teve uma cobertura mais crítica, expondo o contraditório na decisão judicial. O enquadramento diferenciado sobre os ataques à democracia brasileira apontados pela mídia estrangeira foi sinalizado por vários analistas, a exemplo de Mauro Lopes (2016, p. 122): “Enquanto a no Brasil alardeavam um processo constitucional de *impeachment*, o ataque à democracia foi denunciado nos principais meios de comunicação do planeta”.

Intelectuais e políticos estrangeiros também protestaram contra a perseguição a Lula. O sociólogo Manuel Castells acusou a intensa participação da mídia na perseguição ao ex-presidente. Em entrevista à revista *Época*<sup>22</sup>, afirmou que os veículos de mídia brasileiros são "dependentes de grupos econômicos com interesses políticos". E ainda: que "os grupos midiáticos contribuíram para uma perseguição ao presidente Lula muito mais intensa que a um Congresso com deputados processados em alta proporção”.

A postura editorial do grupo Globo aparenta de fato pressionar o Judiciário pela condenação de Lula. Preso desde o dia 7/04/18 em Curitiba, o ex-presidente também permanece condenado no noticiário brasileiro, mesmo diante das tentativas de recurso ao Supremo de seus advogados. Os jornais *Globo* e *Valor Econômico*<sup>23</sup> abriram duas páginas no dia 20/06/17 para o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, para pressionar o Supremo que não liberte Lula.

---

<sup>21</sup> Escrito por: Iara Moura, Bia Barbosa e Marcos Urupá. Revista *Carta Capital* / Intervezes. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/midia-brasileira-atesta-prisao-de-lula-comprova-estado-de-direito-954650/>>. Acessado em: 20 jun. 2018.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/359354/Manuel-Castells-m%C3%ADdia-brasileira-perseguiu-Lula-de-forma-intensa.htm>>. Acessado em: 23 jun. 2018.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/359016/Barroso-porta-voz-de-Moro-e-da-Globo-pressiona-STF-contr-Lula-Livre.htm>>. Acessado em: 15 jun. 2018.

---

## A democratização da mídia nos governos petistas

Apesar de criar instrumentos de diálogo com a sociedade civil, os governos petistas demonstraram intimidação com a repercussão negativa na imprensa das propostas democratizantes da comunicação, bem como valorizaram majoritariamente o interesse dos empresários da mídia, tanto na aprovação do padrão japonês da TV Digital para o país como na implantação de medidas redutoras à concentração de propriedade nos meios de comunicação. A criação da TV Brasil, assim como a CONFECOM<sup>24</sup>, conseguiu mobilizar amplos setores da sociedade brasileira, articulando novas e velhas entidades militantes no setor, mas com poucos avanços em relação aos compromissos programáticos históricos do partido com a democratização da comunicação (AGUIAR; LIEDTKE, 2013).

Evitando temas controversos como a regulamentação e democratização da mídia, temas combatidos como tentativas de censura pelos governos petistas, havia um notório pragmatismo político pela permanência no poder evitando tensionar ainda mais o relacionamento com os empresários de comunicação e seus interesses corporativos. Este cenário, somado ao desgaste do PT com as denúncias de corrupção tendo como foco principal Lula e agentes do partido, repercutiu negativamente na reeleição da presidenta Dilma em 2014. Com vitória apertada, havia expectativa de que o segundo mandato teria como pauta a revisão do marco legislativo midiático brasileiro. Naquela época, o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini<sup>25</sup>, afirmou que o governo estudava experiências internacionais para o setor: “Portugal seria uma referência positiva na regulação de conteúdo. Lá, uma agência zela pela pluralidade de opinião, direito de respostas e pode até multar abusos”<sup>26</sup>.

Lula, em discurso de campanha para a eleição de 2018, tem retomado a preocupação com a mídia<sup>27</sup>, como afirma nessa entrevista ao jornalista Fernando Morais: “O que nós queremos é garantir a democratização. Que as pessoas também possam ter acesso aos meios de comunicação. Que a gente possa garantir o direito de resposta

---

<sup>24</sup> Ver AGUIAR, I. *Confecom - 1ª. Conferência Nacional de Comunicação: os interesses em jogo*. Florianópolis: Edição do autor, 2014.

<sup>25</sup> Cf. Ricardo Berzoini na linha de tiro. Revista *Carta Capital*, São Paulo, p. 30, 14 jan. 2015.

<sup>26</sup> Cf. Liedtke (2015).

<sup>27</sup> Cf. Lula volta a prometer a democratização da mídia. *Jornal Brasil 247*, 18 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/327887/Lula-volta-a-prometer-a-democratiza%C3%A7%C3%A3o-da-m%C3%ADdia.htm>>. Acessado em: 20 jun. 2018.

---

decentemente (...). Eu quero uma regulação que pode ser igual à inglesa, igual à alemã, igual a dos Estados Unidos”.

Em outra reportagem o ex-presidente reiterou o compromisso<sup>28</sup>: “Eu vou fazer a democratização dos meios de comunicação. O que não dá é para ter uma mídia nas mãos de nove famílias que continuam mandando no noticiário e produzindo mentiras todo santo dia”.

Mesmo que tardia, a preocupação de Lula e do PT<sup>29</sup> é pertinente. O relatório divulgado pela Pesquisa das ONGs Repórteres Sem Fronteiras e Intervezes mostra um domínio de poucos na comunicação. Em *ranking* de risco à pluralidade, o Brasil é o primeiro. Cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no Brasil. A conclusão é da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia<sup>30</sup>. No caso do Brasil, o levantamento listou os 50 veículos de mídia com maior audiência e constatou que 26 deles são controlados por apenas cinco famílias. O maior é o Grupo Globo, da família Marinho, que detém nove desses 50 maiores veículos. Segundo as ONGs, essas situações persistem porque o Brasil tem um marco legal ineficiente para combater a monopolização e promover a pluralidade. Além disso, dizem, nem mesmo as poucas provisões legais existentes são aplicadas de fato, pois a propriedade da mídia não é monitorada constantemente pelas autoridades competentes, que se limitam a receber e registrar as informações enviadas pelas próprias empresas. O relatório destaca, no entanto, que no caso brasileiro a ausência de restrições à propriedade cruzada dos meios de comunicação, com exceção do mercado de TV paga, permite que os líderes de mercado dominem múltiplos segmentos. Assim, no cenário brasileiro grandes redes nacionais de TV aberta pertencem a grupos que também controlam emissoras de rádio, portais de internet, revistas e jornais impressos. Porém a pesquisa não informa acerca do controle

---

<sup>28</sup> Cf. Lula se diz pronto para derrotar candidato da Globo e regular a mídia. *Jornal Brasil* 247, 29 out. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/324796/Lula-se-diz-pronto-para-derrotar-candidato-da-Globo-e-regular-a-m%C3%ADdia.htm>>. Acessado em: 20 jun. 2018.

<sup>29</sup> Segundo Mauricio Dias, na coluna “Andante Nosso” da Revista *Carta Capital*, o programa do Partido dos Trabalhadores para a eleição de 2018 terá um capítulo sobre “Democracia na Mídia”. *Revista Carta Capital*, São Paulo, p. 11, 27 jun. 2018.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Cf. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. *Revista Carta Capital*, versão on-line, 31 out. 2017. Disponível em: <[https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio?utm\\_campaign=newsletter\\_rd\\_-\\_01112017&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio?utm_campaign=newsletter_rd_-_01112017&utm_medium=email&utm_source=RD+Station)>. Acessado em: 20 jun. 2018.

---

político da mídia nacional<sup>31</sup>: em torno de 30 emissoras de rádio e televisão são controladas por senadores e deputados federais e 94 prefeitos donos de rádio foram eleitos em 2016.

Grande parte da mídia brasileira tem sido hostilizada nas manifestações públicas em defesa da liberdade do presidente Lula e contra as reformas impopulares e privatistas do presidente Temer. É um sinal de descontentamento de boa parte da população brasileira com a atuação política dos grandes veículos desde o golpe de 2016. Mas é preciso retomar o debate, colocando a mídia na agenda pública para que o tema da regulamentação e democratização do setor ainda possa ser colocado em prática pelos governantes.

## Referências

AGUIAR, I.; LIEDTKE, P. F. Políticas públicas de comunicação no Governo Lula (2003-2010): avanços e retrocessos rumo à democratização do setor. In: BRITTES, J. (Org.). **Saber Militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação no Brasil**. Santa Maria: Facos/UFSM; São Paulo: Intercom, 2013. p. 58-77.

AMADEUS, Djefferson – A condenação de Lula marcou a transição do estado de direito para o estado midiático penal e o nascimento do “juiz avestruz”. In: PRONER, Carol *et al.* **Comentário a uma sentença anunciada**. O processo Lula. Bauru/SP: Canal 6 projetos Editoriais, 2017. p. 125-128.

LIEDTKE, Paulo F. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os mass media na política nacional. **Anais da Compos 2007**. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_40.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_40.pdf)>. Acessado em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no Governo Lula (2003-2006)**. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Políticas de comunicação em Portugal: ações regulatórias instigantes para o Brasil**. Artigo apresentado no GP Políticas e Estratégias da Comunicação no XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom, RJ, 2015.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Mutilo (Org.). **Por que gritamos golpe:**

---

<sup>31</sup> No Brasil, ao menos 40 emissoras de rádio e TV ainda são controladas por senadores ou deputados federais. Nas últimas eleições municipais, em 2016, exatos 216 proprietários de emissoras locais de rádio (FM) se candidataram ao cargo de prefeito. Desses, 94 saíram vencedores nas urnas. As informações são do Coletivo Intervezes, publicadas em 22 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/controlado-de-emissoras-de-radio-favorece-politicos-indica-pesquisa>>. Acessado em: 15 jun. 2018.

---

para entender o impeachment e crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 119-125.

MARX, Karl. **Dezoto Brumário de Louis Bonaparte** (1852). São Paulo: Boitempo, 2011.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia: razões da revolta**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. A condenação de Lula: o maior caso de Lawfare do Brasil. In: PRONER, Carol *et al.* **Comentário a uma sentença anunciada**. O processo Lula. Bauru/SP: Canal 6 projetos Editoriais, 2017. p. 436-440.

SILVA, Luiz Inácio Lula da *et al.* **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam**. JINKINGS, Ivana (Org.). São Paulo: Boitempo, 2018. p. 79.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Delação, notícia de jornal, condenação: elementar meu caro Watson! In: PRONER, Carol *et al.* **Comentário a uma sentença anunciada**. O processo Lula. Bauru/SP: Canal 6 projetos Editoriais, 2017. p. 251-255.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leia, 2017.

\_\_\_\_\_. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2016.